ANO 9.º — Sexta-feira, 17 de Março de 1916 — NUMERO 418

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

DIRECTOR E EDITOR
Arnaldo Ribeiro

Propriedade da Emprêsa

Oficina de composição, Rua Direita — Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luiz de Camões—AVEIRO

Redacção e Administração, Rua Direita, n.º 54

(AVENÇA)

PORTUGAL E A ALEMANHA

O rompimento das relações entre os dois países ocasionado pela utilização dos navios surtos nos nossos portos

O QUE IRÁ SUCEDER?

EM GUERRA!

A requisição dos barcos alemães feita pelo nosso governo, a instancias da Inglaterra, ainda que justificada pela publicação de uma lei que autorisava e legalisava esse procedimento, salvaguardando todos os direitos e interesses dos proprietarios das referidas embarcações, não foi vista com bons olhos pela Alemanha do que resultou o rompimento das relações entre os dois paizes, e ainda a declaração de guerra que aquela nação, pela boca do seu representante e pelo texto da respectiva nota, nos apresentou.

Este caso, que nos coloca fóra de toda a duvida, em gráves contingencias, provocou não só a reunião do Congresso ao qual foi dada minuciosa conta do ocorrido, como ainda originou a queda do governo, para dar vez a um ministerio nacional correspondente em absoluto á situação actual.

Quando, porêm, o país julgava que acima de tudo seria colocada a *Patria*, onde todos os olhos, sem mais nada verem, seriam postos, eis que surgem as mizeras e calculadas ambições de alguns desses homens que tão gráves contas tem contraídas com a Nação e a quem por certo não fugirão a da las depois de tão injustificado e incompreensivel procedimento. O ministerio, que devia, *in continenti*, constituir-se só ante-ontem, á tarde, poude formar-re depois de tantos dias de inuteis esforços e vergonhosos exemplos.

Como nós, todos os bons portuguêses sentem uma natural indignação, profunda e justa, pelo que se ha passado, sendo dela reflexo este pedaço de prosa dum distinto jornalista, que, sem papas na lingua, assim escreve:

«E' naturalmente triste falar de coisas tristes, mas a propria dignidade impõe o dever de não aceitar com o silencio a cumplicidade dos maus actos. O espectaculo que os politicos—certos politicos—estão neste momento dando ao país é dos mais afrontosos que um povo pode suportar. A declaração de guerra veio encontrar os portuguêses de cabeça levantada e firme decisão. Quando seria natural que viessem surpreender-nos tomados de panico, encontraram-nos encarando o perigo de frente e prontos a todos os sacrificios. De toda a parte chovem sobre nós os aplausos á nossa atitude, e os louvores á serenidade da nossa conducta. Celebra-se a bravura dos nossos homens, a grandeza do nosso civismo, o nosso papel historico, o reingresso de Portugal ao concerto da civilisação, e o movimento de virilidade com que soubemos afirmar-nos perante uma convulsão que ha de ser em todos os tempos o maior assombro da Historia. Quem nos falta? Quem nos foge? Quem nos regateia ao balcão dos seus interesses um concurso que devia ser quasi tomado ás cegas, sem um momento de reflexão, num grande impulso de isenção e patriotismo? Precisamente esses politicos—certos politicos—para quem a patria é um objecto secundario em presença da mercadoria vil das ambições de parceria.

Nunca decerto passaria pela cabeça de ninguem que numa conjuntura como a nossa o governo nacional gastasse, não tres dias, mas tres horas a organisar-se. Nunca ninguem sonharia que num momento de tanta incerteza e tão grande sobresalto na vida de um país, se mercadejasse o preço de um concurso mais do que nenhum outro imperioso, obrigatorio, irrecusavel! Esta pura vergonha nos estava reservada, e aí a temos em toda a plenitude da sua hediondez. Enquanto ha portuguêses que não regateiam a vida, não estremecem ante a reconstituição dos pavores da guerra, não temem a furia dos combates, os horrores dos frios, das febres e da fome, o estertor dos que morrem e as angustias dos que cáem feridos; enquanto ha portuguêses que á defeza da sua patria oferecem a robustez do seu braço e a energia da sua vontade —toda a abnegação, todo o desprendimento, todo o sacrificio—ha tambem politicos—ha certos politicos!—que põem no lote das conveniencias a tarifa das proprias ambições. A defeza da dignidade comum não é, assim, para eles, um dever sagrado, mas simplesmente e sumariamente um frete. Quem dá mais? Quem dá mais por uma boa vontade proveitosa e com a gola do casaco forrada de toucinho?

Não! nós não podemos continuar assim. E' de uma patria que se trata e não de um negocio. O civismo não tem tabela e a honra de um país não pode estar á mercê da flutuação dos cambios. Acabemos, portanto, com discussões de preço, ou antes de nos prepararmos contra os inimigos de fóra, comecemos por considerar os inimigos de dentro.»

De plenissimo acordo, aqui fica tambem lavrado o nosso protesto, preparando-nos em seguida para o que de nós fôr exigido em nome da Patria, sem outra preocupação mais que não seja a do dever.

UM EPISODIO

No Chiado, em Lisboa, deu-se esta semana o seguinte episodio que impressionou todos quantos o presencearam.

Um oficial francês dos que se encontram de passagem na capital saíu dum estabelecimento para o passeio. Um soldado da guarda republicana parou e perfilou-se, fazendo-lhe a continencia. O oficial correspondeu tambem militarmente, mas em seguida exclamou:

—*Ce n'est pas assez* —Não é bastante.

E estendeu a mão ao soldado, abraçando-o.

O DEMOCRATA

Vende-se em Aveiro no kiosque de *Valeriano*, Praça Luís Cipriano.

"O DEMOCRATA" NO TRIBUNAL

Por ter faltado uma testemunha, ficou adiado, *sine die*, o julgamento do nosso amigo Henrique Norberto de Brito, responsavel por uma carta aberta aqui publicada sobre o caso dos paineis da estação do caminho de ferro, de que resultou desmancharse o vergonhoso confronto que estava preparado entre duas figuras perfeitamente antagonicas, como já tivemos ocasião de dizer.

De fóra vieram alguns amigos nossos, que se interessam a valer pela causa e aos quais agradecemos reconhecidissimos os cumprimentos feitos antes de retirarem.

A cambada

Recortâmos da secção—*Casos e Criticas*—do nosso colega lisbonense *Catorze de Maio:*

«*A Capital*, a proposito das hipocritas censuras dos monarquicos aos dissidios dos republicanos, relembrava ha dias que Mariano de Carvalho chamou ao rei *capa de ladrões;* que Pinheiro Chagas afirmou que *Mariano de Carvalho entrou para os conselhos da corôa para roubar o Estado;* que Saraiva de Carvalho proclamou a *necessidade de se pôrem escritos no palacio real*, e, finalmente, que Emidio Navarro, indignado com as torpezas dos seus correligionarios, lhes gritou, rubro de colera: —*Arre, malandros!*

Esqueceu á *Capital* dizer que José Dias Ferreira, depois de ter passado pelo poder, como presidente de govêrno, afirmou tambem que, *o país tinha sido governado por verdadeiras quadrilhas de ladrões!*

Aqui fica o aditamento, embora pese aos *Adelaides* que se rebolam aí pelos passeios e pelas esquinas, fazendo concorrencia ás pupilas da *D. Fernanda*... e preces pela vitoria da Alemanha.»

O' camaradinhas: então assim se maculam as cinzas dos mortos, hein?...

Havia de ser em Aveiro...

NÃO SE CANCEM

Por dois decilitros, um pão e dez reis da rija, um pobre diabo, que aí serve de bôbo a toda a gente, inclusivé aos companheiros de taberna, fez espalhar no domingo um papelucho em que não só se revéla o odio dos *béras* a este jornal como ainda a grande vontade de destruir o reduto donde, atravez de tudo, temos defendido a Verdade, o bom nome e o prestigio da Republica, que em Aveiro andam constantemente aos tombos, tal a desmoralisação a que chegou tambem a politica republicana depois que néla ingressaram os elementos, mais que duvidosos, pela sua proveniencia, que se conhecem.

Mas para que é isso, para quê, se nós somos os primeiros a não ter ilusões sobre o que se prepára? Não se cancem, soceguem que a sentença está dada.

Ou não tivéssemos sido condenados já por denunciarmos as gatunices dum célebre *homem politico, politico republicano e republicano democratico*...

Govêrno nacional

Está, finalmente, constituido, tendo-se ontem apresentado ao parlamento, o novo ministerio no qual deixou de ter participação o partido unionista, não obstante a hora gràve que o país atravessa.

Eis os nomes que o compõem:

Presidencia e colonias — **Dr. Antonio José de Almeida**
Interior — **Dr. Antonio Pereira Reis**
Justiça — **Dr. Mesquita de Carvalho**
Finanças — **Dr. Afonso Costa**
Guerra — **Norton de Matos**
Marinha — **Vitor Hugo de Azevedo Coutinho**
Estrangeiros — **Dr. Augusto Soares**
Fomento — **Antonio Maria da Silva**
Instrução — **Dr. Pedro Martins**

Para a pasta do *Ministerio do Trabalho e Providencia Social*, indigita-se o sr. dr. Fernandes Costa ou então o sr. Antonio Maria da Silva, passando aquele para a do Fomento.

Que um grito unico sáia do coração de todos os portuguêses e se faça ouvir, como um toque de rebate, dum extremo ao outro deste adorado torrão:

VIVA A PATRIA!

No Congresso da Republica

Outra sessão memoravel em que é dado conhecimento do repto germanico

Na sexta-feira reuniram extraordinariamente, em sessão conjunta, as duas casas do parlamento para ser dado conhecimento ao país da nota alemã entregue ao governo pelo ministro do kaizer, antes da sua retirada.

Pelos jornais diarios já os nossos leitores, decerto, estão ao facto do que foi essa patriotica sessão, das afirmações que nela se fizeram e das manifestações da alma portuguêsa aos aliados de cujo exercito hoje fazemos parte clara, insufismavelmente, e por isso nos limitâmos a reproduzir os documentos que o sr. *ministro dos negocios estrangeiros* (Augusto Soares) leu do alto da tribuna dos oradores, ao Congresso, ao povo, que literalmente enchia a parte que no palacio de S. Bento lhe é reservada, onde tambem se encontrava o chefe supremo da nação, e que, relativamente á situação internacional; são do seguinte teor:

Logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, declarou o govêrno da Republica, com aplauso unanime do Parlamento, que em circunstancia alguma faltariamos aos deveres de aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. Em 23 de novembro do mesmo ano, com egual aplauso do Parlamento, o govêrno da Republica novamente assegurou o firme proposito de manter, até aos ultimos sacrificios, a solidariedade secular entre Portugal e a Inglaterra, *base imprescindivel da nossa progressiva valorisação mundial.* E desde então até hoje inalteravelmente temos sustentado, sem hesitações nem receios, o claro e leal compromisso que honradamente tomámos. Nunca a nossa aliada recorreu ao nosso auxilio, ao nosso esforço, á nossa solidariedade, que nos não encontrasse singelamente mas firmemente ao seu lado. Um momento houve em que a nossa cooperação nos campos de batalha da Europa esteve iminente, e seguramente se teria efectuado se não tivésse derivado então o nosso esforço para outros lugares onde de surpreza nos chamára um ataque traiçoeiro das forças alemãs: Nos primeiros dias de setembro o posto de Mazina, na Africa Oriental, havia sido atacado e saqueado por um grupo de alemães, sendo assassinado o chefe do posto e a bréve trecho era a provincia de Angola egualmente objecto da hostilidade alemã, já não por parte de elementos sem responsabilidade oficial, mas pela de forças regulares armadas e equipadas sob a direcção das autoridades da Damaralandia. Era ainda e sempre a nossa lealdade para com a Inglaterra a determinante dessas agressões, e doutras posteriores até mesmo nos mares da Europa, as quaes, nem por serem para nós injustas e crueis, nos desviáram um momento sequer da linha de conduta que pobremente haviamos traçado. Na Europa ou na Africa, onde quer que os deveres de aliança nos chamaram, onde quer que esses deveres nos chamem, a nossa resposta foi e será inalteravelmente a mesma: *cumpri-los.*

Um dos resultados da grande conflagração que mais fortemente se tem feito sentir no nosso país, agravando de preferencia as classes menos protegidas da fortuna, é o extraordinario encarecimento da vida, na sua maior parte proveniente dos excessivos preços a que a falta de tonelagem, cada vez maior, levou a industria dos transportes. Portugal, como todas as nações onde o comercio maritimo não atingiu ainda um largo gráu de desenvolvimento, estava adstrito á navegação estrangeira sucessivamente decrescente, não só pela utilisação dos navios mercantes para as necessidades militares mas tambem pelas perdas derivadas da guerra submarina. Era dever do govêrno suprir, sem perda de tempo, essa deficiencia que ameaçava atingir proporções calamitosas. Nos nossos portos permaneciam algumas dezenas de navios condenados a ficarem inuteis por toda a duração da guerra. A sua utilisação impunha-se como caso de força maior, como medida de salvação publica, alêm de ser autorisado pelo nosso direito, interno e convencional. Com essa imperiosa necessidade do país coincidia, por parte da nossa aliada, um não menor interesse em que a tonelagem desses navios voltasse á circulação mercantil e a ela pudésse tambem aproveitar sempre que as nossas circunstancias o permitissem. Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens á nação que a Alemanha considéra o seu mais odiado inimigo, poderia ser malevolamente tomado por ela como pretexto para insofridas retaliações contra o povo português que já merecera os seus injustificados agravos. Na previsão de tal eventualidade, o govêrno inglês, compenetrando-se inteiramente das responsabilidades que comnosco ia assumir, dirigiu-nos a seguinte solicitação:

Tendo resultado sérias dificuldades para o comercio da presente escassez de navios, dificuldades que são sentidas não só na Gran Bretanha mas tambem nos países que manteem com ela boas relações, e tendo Portugal desde o inicio das hostilidades mostrado invariavelmente

completa dedicação pela sua antiga aliada, o ministro de S. M. tem ordem, em nome do govêrno de S. M., de instar com o govêrno da Republica, em nome da aliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos nos portos portuguêses, que serão utilisados para a navegação comercial portuguêsa e tambem entre os demais portos que se determinarem por acôrdo dos dois govêrnos.

Legação Britanica — Lisbôa, 17 de fevereiro de 1916.

São já conhecidos do Parlamento os fundamentos juridicos em que o Govêrno baseou a sua requisição e a maneira como ela se efectuou. O justificado receio do cometimento de actos de destruição que tornassem improficua a acção do Govêrno obrigou a medididas que, embora eficazes e rapidas, de fórma alguma pódem ser tidas como violentas. E como não era intenção do govêrno dar ao seu acto uma significação de hostilidade, dirigiu ao seu representante em Berlim no momento da requisição legal dos navios o seguinte telegrama:

Lisboa, 23 de fevereiro de 1916 — Ministro de Portugal — Berlim — Govêrno tomou decisão requisitar navios alemães surtos portos portuguêses em face necessidades país. Comunique facto a esse Govêrno com declaração de que foi publicado diploma legal regularisando situação tripulações, indemnisações, etc., e que acto posse se está efectuando. — (a) Ministro.

Apezar dos cuidados de que foi cercado o acto do Govêrno, o representante da Alemanha em Lisboa dirigiu ao ministro dos negocios estrangeiros a seguinte nota:

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1916.—Senhor Ministro.—Sou encarregado pelo meu alto Govêrno de protestar contra a singular quebra de direito, que o Govêrno Português cometeu contra o Imperio Alemão, apossando-se por um acto de força, sem qualquer negociação prévia, dos navios alemães fundeados nos portos portuguêses. Tenho a honra de ao mesmo tempo, por incumbencia do meu alto Govêrno, solicitar de V. Ex.ª a imediata revogação daquéla medida. — Aceite V. Ex.ª, etc.—(a) Rosen.

A esta nota o Gavêrno respondeu nos seguintes termos, que transmitiu ao nosso ministro em Berlím para deles dar conhecimento imediato ao govêrno alemão:

Durante um periodo de mais de dezoito mezes os navios alemães imobilizados nos nossos portos gozaram da protecção do govêrno da Republica dentro das aguas territoriaes portuguêsas. Néstas circunstancias, tais navios devem ser considerados como abrangidos pelo principio geral do *dominio iminente*, estando assim Portugal inteiramente justificado de exercer com relação a eles o mesmo direito que exerce, em casos eventuais, sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição, ou seja o direito de uzar déla sempre que as necessidades do país o exigirem. Portugal corria o risco da paralização do seu comercio maritimo devido á falta geral de transportes, e a urgente necessidade de navios legitimava amplamente as excepcionais medidas tomadas. A mesma falta de transportes maritimos compeliu o governo de Italia a proceder de modo semelhante, requisitando os navios que se tinham abrigado nos portos italianos, e não consta que o govêrno alemão tenha procurado criar o mais pequeno embaraço a este acto. Os proprietarios dos navios por nós requisitados receberão, em devido tempo, as indemnizações que lhes foram préviamente asseguradas, e não pódem, portanto, considerar-se como tendo sofrido qualquer prejoizo resultante da acção praticada pelo Govêrno da Republica. Cumpre ainda notar que o procedimento do Govêrno é baseado na lei n.º 480 de 7 de Fevereiro de 1916, base 10.ª, e está em harmonia com as estipulações internacionais. O artigo 2.º do tratado de comercio e navegação entre Portugal e a Alemanha não se aplica ao aproveitamento de navios imobilizados, porque só se refere á retenção de navios em transito. E, quando se aplicasse, as suas disposições estariam cumpridas porque só obrigam ao reconhecimento prévio de direito de indemnização, que se fez pelo artigo 5.º do Decreto n.º 2229 de 23 de Fevereiro de 1916, ficando o *quantum* da indemnização para fixação ulterior com todas as garantias. Por todas estas razões o Govêrno, tendo exercido o direito, que lhe assistia, de prover a instantes necessidades da economia publica, não póde modificar o seu acto.

(*Finda aqui o que V. Ex.ª tem de transmitir.*)

Pelo que acabo de dizer, vê V. Ex.ª que ainda que fossemos neutrais era porfeitamente legitimo o nosso procedimento. Se apezar disso o govêrno alemão, como V. Ex.ª supõe, nos arguir da quebra de neutralidade, acentue firmemente o infundado da arguição não só pelas razões juridicas expostas mas tambem pela impropriedade de expressão, que não podemos deixar de pôr em evidencia para que ninguem neste lance suspeite haver da nossa parte um dissimulado retraimento incompativel com o nosso brio: logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, doclarou o Govêrno da Republica com o aplauso unanime do Parlamento que em circunstancia alguma faltariamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. E os govêrnos estrangeiros, incluindo o alemão, acataram tanto os sentimentos de pura lealdade que nos dictavam esta atitude, que todos mantiveram aqui os seus representantes. E agora, como sempre, continuamos fieis ás nossas obrigações de aliados da nação inglêsa, quaisquer que sejam as contrariedades que a seu lado possam deparar-se-nos.

Foi a esta comunicação que o governo imperial entendeu responder com a nota escrita, ontem entregue no ministerio dos negocios estrangeiros e que é do teor seguinte:

Lisboa, 9 de março de 1916 — *Senhor ministro*—Estou encarregado pelo meu alto governo de fazer a Vossa Excelencia a declaração seguinte:

O governo português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Imperio Alemão por actos contrarios á neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongade permanencia em portos portugueses contraria á neutralidade, bem como ainda foi consontido que a Inglaterra utilisasse a Madeira como ponto de apoio de esquadra. Canhões e material de guerra de diferente especie foram vendidos ás potencias da *Entente* e além disso á Inglatarra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do Vice-Consulado Imperial em Mossamedes foi apreendido. Além disso foram enviadas expedições á Africa e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha. O governador do distrito (Bezirksamtmann) dr. Schultze-Jêna, bem como dois oficiais e algumas praças, 19 de outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, forâm atraídos por meio de convite, a Naulila e ali aprisionados sem motivo justificado, e quando procuravam subtrair-se á prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram á força feitos prisioneiros. Seguiram-se medidas de retorsão da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, agiu, em consequencia do procedimento português, na suposição de que Portugal se achava em estado de guerra com o Imperio Alemão. O Governo Português fez representações por motivo das ultimas ocorrencias, sem todavia se referir ás primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediario numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionarios coloniais para esclarecimento do estado da questão. A imprensa e o parlamento durante toda a existencia da guerra entregaram-se a grosseiros insultos contra o povo alemão sob uma protecção mais ou menos notoria do governo português. O chefe do partido dos evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso de 23 de novembro de 1914, na presença dos ministros portuguêses assim como na dos diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha sem que por parte do presidente da Camara ou de algum dos ministros presentes se seguisse um protesto. A's suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no Boletim Oficial das Sessões não se encontrava a passagem em questão. Contra estas ocorrencias protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por varias vezes apresentámos as mais sérias representações e tornámos o governo português responsavel por todas as consequencias. Não se deu comtudo nenhum remedio. Ao mesmo tempo, o governo imperial, numa indulgente deferencia para com a dificil situação de Portugal, evitou até aí tirar sérias consequencias da atitude do governo português.

Por ultimo, a 23 de fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas saír de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o governo imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios. O governo português não atendeu este pedido e procurou fundamentar a sua medida violenta em considerações juridicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portuguêses, em consequencia desta imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2 do tratado de comercio e navegação luso-alemão, mas sim da mesma forma como qualquer propriedade que se encontre no país está sujeita á limitada soberania de Portugal, e assim ao ilimitado direito de apropriação do governo português. Além disso, opina o governo português ter procedido a dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade de economica e tambem no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização, cujo total deveria mais tarde ser fixado. Estas considerações aparecem como vagos subterfugios. O artigo 2.º do Tratado de Comercio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em territorio português. Pode ainda assim haver duvidas sobre se a circunstancia dos navios alemães se encontrarem, como se diz, imobilizados em portos portuguêses, modificou a sua situação de direito. O governo português violou porêm o citado artigo em dois sentidos: primeiramente não se manteem na requisição a dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação de uma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notorio, estendeu-se a um numero de navios alemães em desproporção com o que era necessario a Portugal para suprir a falta de porões (navios). Mas além disso o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente de um prévio acordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto que o governo português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente quer por intermedio do governo alemão, com as companhias de navegação. Desta forma apresenta-se todo o procedimento do governo português como uma gráve violação do Direito e do Tratado. Por este procedimento o governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, o qual subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos inglezes. Finalmente a apreensão dos navios realisou-se sob formas em que deve vêr-se uma intencional provocação á Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguêsa com a flamula de guerra. O navio almirante salvou por essa ocasião. O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessarias consequencias do procedimento do governo português. Considera-se de hoje em deante como estando em estado de guerra com o governo português. Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de v. ex.ª, tenho a honra de exprimir a v. ex.ª a minha distinta consideração.—(a) *Rosen.*

Releve-me o Congresso o desgosto que certamente lhe dei por não haver omitido nesta comunicação certos termos insolitos da nota alemã que tanto me surpreenderam ao lê-la.

Esta leitura foi terminada no meio de intensas demonstrações patrioticas, que se estenderam pelas ruas de Lisboa, indo terminar no Rocio, onde a aglomeração de povo era enorme, comentando os acontecimentos.

O nosso aniversario

—(*)—

Déram-nos mais a honra de referirem o nosso aniversário com palavras que bastante nos penhoram os seguintes colégas:

Do *E'cos de Cacia*:

«O Democrata»

Entrou no seu 9.º ano de publicação, no dia 25 de fevereiro ultimo, o denodado campeão da democracia portuguêsa, orgão do partido democratico de Aveiro.

Oito anos decorridos na vida jornalistica, já por si só é um facto importante, para mais atendendo á boa orientação que o sr. Arnaldo Ribeiro tem dado ao *Democrata*, que é a mesma de ha oito anos, pelo que é digno da maior estima e consideração.

Ao nobre coléga desejâmos muitas prosperidades.

De *O Combate*, da Guarda:

«O Democrata»

Festejou mais um aniversário este nosso prezado coléga de Aveiro, que começou a sua luta vigorosa antes da proclamação da Republica, na luta mantendo-se sempre com galhardia.

Saudâmo-lo.

De *O Domingo*, de Aldegalega:

«O Democrata»

Este denodado coléga de Aveiro acaba de entrar no nono ano de publicação que o mesmo é dizer: no nono ano de luta acêsa pela causa da democracia.

Felicitâmo-lo cordialmente.

Andorinhas

Chegaram as mensageiras da primavera, que, em vôos constantes, cruzam as ruas da cidade, imprimindo-lhe alegria o seu dôce e ineterrupto chilrear.

Bem vindas.

A administração do padre Pato NA Junta das Aradas

A sr.ª Gloria define bem a *Sociedade anónima exploradora do padre Pato*, mas ha coisas que a definem melhor. Por exemplo: o processo dos fóros da Junta.

A historia resume-se em pouco, mas a seriedade de processos da *Sociedade anónima exploradora do padre Pato*, fica patente.

Eles mesmo se encarregam de se julgarem uns aos outros. Ora vejam no orgão da *Sociedade* (*Riso do Vouga*), n.º 56, de 16 de dezembro de 1915, estes trechos:

Os sicarios de Aradas

A guerra que meia duzia de bandidos, capitaneando a mais baixa escoria da freguezia, vem fazendo, injusta e implacavel, ha oito anos, ao reverendo Pato, com a reprovação e repulsa de toda a gente honesta, manifesta-se por todos os processos, ainda os mais vis, desde o insulto e a calunia até á agressão covarde, que chega ao lançamento de bombas perigosas em casa do sr. vigario Pato.

Os amigos deste sacerdote não são poupados, só pelo simples facto de se pôrem ao lado do seu paroco, que o mesmo é dizer ao lado da razão e da justiça.

Agora acaba de produzir-se mais uma prova do rancor que anima os sicarios em todos os seus actos.

A familia Bartolomeu, de Verdemilho, era da gente sã da freguezia que está e esteve sempre contra os manejos da malandragem, em que estão enxertados especimens da força do Balcão e Coz, os miseraveis assassinos do pobre Francisco das Neves.

E' claro que a canalha não pardoa aos que são pelo padre Pato.

Daí engendrar-se uma questão judicial, em que os Bartolomeus se viram envolvidos, a **proposito dum pretenso fôro em divida á Junta**, á testa da qual estão creaturas que, ou são contra o vigario ou se deixam influenciar pelos inimigos deste padre, a quem não vale ser um sacerdote liberal e homem do seu tempo.

Um mimo de insultos e infamias, de vituperios, de calunias, de malandrices a que não faltam os assassinos de S. Bernardo, sem a afronta á Junta de Paroquia, que apenas cumpriu o seu dever.

Ora agora consulte-se, por exemplo, a acta da sessão da Junta de 7 de outubro de 1901:

O presidente (*padre Pato*) **diz que os foreiros da Junta dividem, trocam e vendem os predios foreiros sem o participarem, o que é prejudicial para a Junta e por isso propõe para que esta faça valer os seus direitos no tribunal.**

Sessão de 9 de fevereiro de 1902:

«Por proposta do reverendo presidente (padre Pato) resolve a Junta passar procuração a um advogado para executar os devedores de fóros!»

Em 16 de novembro de 1902 resolve avizar os enfiteutas.

Em 8 de fevereiro de 1903 resolve falar a um advogado para tratar de receber os laudemios dos predios foreiros á Junta, que não foram pagos, e executar Crisanta Ferreira do Amaral por não pagar um fôro!

Em 20 de setembro de 1903 a mesma Junta, sempre sob a presidencia do Pato, avisou para pagamento dos fóros, sob pena de procedimento criminal.

Em 27 de dezembro do mesmo ano, resolve a mesma Junta por proposta do padre Pato, *relaxar e levar ao poder judicivl os foreiros que não pagarem.*

Em 23 de abril de 1910, a Junta resolve executar **Manuel Gonçalves Bartolomeu**, de Verdemilho, Manuel Filipe Neto, Antonio Dias Pereira e Agostinho Nunes Freire **por não pagarem os fóros em divida**, e isto porque em todos os orçamentos anteriores o Pato metia 70$00 de fóros, que esses pagavam e que a Junta não podia nem devia deixar perder.

Mas, porque depois da Republica os Bartolomeus, herdeiros do padre Bartolomeu, se recusaram a pagar o fôro e a Junta, como era seu restrito dever e como os antecessores do Pato tinham feito, resolveu executar os Bartolomeus, essa Junta, que na boca da *Sociedade anónima exploradora do padre Pato*, passa a ser um *bando de sicarios* que querem perseguir os amigos do padre Pato, etc., etc., e grita-se-lhe:

— Abaixo as perseguições!

Já viram processos tão sérios e honrados como os desta famosa *sociedade?*

Descaramento egual é dificil encontrar-se.

Recreio Artistico

Para comemorar o 20.º aniversario desta agremiação local, terá logar ámanhã, nos salões do Teatro Aveirense, um sarau familiar que constará de sessão cinematografica, um acto de Folies-Bergeres e baile em seguida, abrilhantado pela banda dos Bombeiros Voluntarios, isto alem doutras demonstrações que constam dos programas definitivos que estão sendo elaborados.

Agradecendo o convite que nos foi dirigido, felicitâmos a prestante colectividade e fazemos votos pela continuação das suas prosperidades.

O TEMPO

Tem sido de rigoroso inverno a primeira quinzena do mez, sendo de prever que assim continue até á nova fase da lua, segundo os entendidos.

Os lavradores é que não andam já muito satisfeitos pelo atraso que isso lhes causa aos trabalhos agricolas da época.

CALENDARIO

Recebemos um, deste ano, ofertado pelo sr. Souto Ratola, da *Casa da Costeira*, onde se acha á venda a afamada *agua Caldas Santas*, para as doenças dos rins, figado, estomago, intestinos, etc., e que no mesmo vem indicada como sendo optima para as refeições, fortemente sadio-activa e muito rica em silica para os artriticos.

Muito obrigados.

Notas de 2$50

Por ter rareado a circulação da prata, açambarcada pelos agiotas que desse meio se serviam afim de cobrar depois uns tantos centavos por cada nota que trocassem, foram postas já em circulação as novas notas de 2$50, constando-nos que dentro em bréve aparecerão outras de 1$00 e de 50 centavos.

Acertada medida.

Notas mundanas

Com o habil farmaceutico estabelecido em Sobrado de Paiva, sr. Adriano Martinho Gonçalves, casou no dia 6 do corrente a sr.ª D. Adilia Albertina da Maia Romão, estremosa filha do digno condutor principal de Obras Publicas naquele concelho e nosso estimavel conterraneo e amigo, sr. Augusto da Maia Romão.

Apetecendo aos noivos todas as felicidades a que tem jus, desejâmos-lhes uma interminavel lua de mel.

Nesta cidade têve logar domingo ultimo o registo do casamento do nosso amigo sr. José Augusto Fernandes, empregado comercial, com a sr.ª D. Adelaide Cazares Paes, filha do antigo mestre de obras, sr. José Paes, falecido na Africa Oriental.

A' cerimonia, que se efectuou na residencia da mãe da noiva, assistiram, entre outras pessoas, como padrinhos, o sr. Francisco Vasconcélos da Assumpção, empregado superior da Junta do Crédito Publico e sua esposa, irmã da noiva, e o sr. José Mendes Souza Machado Junior, importante negociante estabelecido no Porto e sua esposa, D. Lucinda Fernandes Machado, prima do noivo.

Ao copo de agua, que se seguiu, foram levantados vários brindes aos nubentes a quem desejâmos tambem um futuro repleto de venturas.

OFERECIMENTOS

—(*)—

Para irem combater onde fôr preciso a favor dos aliados contra a Alemanha, mencionam-se já, alem doutros, os srs. *conselheiro* José de Alpoim, D. Afonso (duque do Porto) e *o de Aveiro.*

A sensação causada em Berlim por esta noticia, não se descreve.

Um verdadeiro pavor!...

PELA IMPRENSA

"Distrito de Aveiro,,

Apareceu, como estava anunciado, no dia 12, o novo orgão do partido evolucionista, sob a direcção do sr. dr. Mesquita de Carvalho, que nesta cidade já exerceu a advocacía em tempos que não vão longe.

O *Distrito de Aveiro* apresenta-se bem redigido, pelo que lhe auguramos uma vida desafogada e prospera ao apresentar-lhe os nossos cumprimentos de bôas-vindas.

"A Razão,,

Acabamos de receber a visita do orgão do Partido Republicano Português em Aveiro, a quem apresentamos as nossas saudações fazendo votos pelas suas prosperidades e longa vida.

A proposito, diz o coléga, que, mal informados, dissémos que o mesmo jornal apareceria no dia 14 intitulado *A Luz da Razão* e que afinal nem em 14 nem com esta denominação apareceu.

Realmente assim é. Todavia tinhamos ouvido que o jornal se chamaria *A Voz da Razão* — outra *gafe* — e assim o dissémos primeiro ainda que, com franquêsa, no nosso intimo bastante estranhassemos visto que fôra esse o titulo dum jornal—unico no genero—no qual o celeberrimo Rosalino Candido registava as imorredouras calinadas do seu dentio talento.

Para restabelecimento, porêm da verdade, com todo o gosto fazemos a vontade ao coléga da *Razão*, apagando-lhe a luz...

—=—

O de Aveiro é outro que tambem saíu, investindo logo no primeiro numero com os monarquicos.

Completo.

Do Porto

—=(*)=—

A GUERRA

E' emfim positiva a beligerancia do nosso país na monstruosa guerra atual a que o arrastou, como á Belgica, como á Servia, como ao Montenegro esse colosso de féra insaciavel de sangue que no mapa da Europa é ainda conhecido pelo nome de Alemanha.

Desde o principio da guerra que vinhamos mantendo uma posição insustentavel, em prodigios de equilibrio de saltimbanco, na corda estendida entre a Alemanha e a Inglaterra.

Ha dois anos que a impericia de quem quer que fosse nos talhou o papel humilhante de amfibios entre os dois colossos que se batem, ora amigos ora inimigos, ora aliados ora adversarios, ora interessados ora desinteressados da sorte, ora de um ora de outro!...

Desde agosto de 1914 que temos representado perante o mundo civilisado o mais ridiculo, humilhante e singular papel, unico talvez na historia das nações, ora com arremetidas de D. Quixote, que nos custaram as vergonhas do sul de Angola, ora com encolhas de cachorro medroso que sente eriçar-se-lhe o pêlo ao presentir lobo nos arrabaldes do lombo.

Tal situação, mais que deprimente, ora cedendo a nossa artilharia para os inglêses, como nossos aliados, metralharem os alemães, ora aceitando dos alemães a tareia de Naulila como nossos amigos... não podia continuar.

Pela Inglaterra, ou pela Alemanha, visto que por nenhuma não nos convinha a nós e por... ambas não lhes convinha a elas.

Mas, terá terminada com a situação definida que agora criámos ou nos obrigaram a criar, a série de vergonhas, de ridiculos, que sobre nós acarretámos com a nossa proverbial impericia, no periodo agitado que ha dois anos atravessâmos?

A vergonhosa fuga de Naulila, que podendo ter sido um desastre, nunca devêra ser o destroço degradante em que se transformou a ridicula expedição de 12:000 homens para irem ao sul de Angola... olhar para as solas das botas dos soldados alemães que retiravam mui descançadamente para quarteis; a criminosa inação dessa força importante, a sua pessima organisação e mal compreendido fracionamento; a insuficiencia dos meios de abastecimento e pessimo estado dos existentes; a incuria na armazenagem, etc., etc., estão ainda a mostrar que, se outra orientação, outro tacto, outro criterio não presidir á organisação do nosso estado de guerra, é melhor abandonar cavalheirosas ideias de homericas pelejas, para não acabarmos de caír no conceito das nações.

E se fosse só Naulila!...

No dia 10, na livraria Moreira, pelas 4 horas da tarde, dizia um cavalheiro em conversa a meia voz com outro: *Se isto corre perigo e os alemães entram por aí dentro, eu sou logo hespanhol e começo imediatamente a falar hespanhol!*...

E não querem outra vergonha com portuguêses de tal estôfo!

Mas, que admira? Luiz de Camões já dizia ha 500 anos no seu imortal poema:

... tambem entre portuguêses
alguns traidores houve algumas vezes.

Humberto Beça

SENTENÇA

Pela auditoría deste distrito foi ultimamente anulada a deliberação da Junta Geral com respeito á nomeação do chefe de secretaría e em consequencia do recurso levado pelo sr. Francisco da Encarnação, um dos pretendentes ao logar, que, como se vê, acha pouco o que está recebendo pelas acumulações de amanuense do governo civil, secretário da Estatistica, administrador e comissario de policia, mercê da escandalosa protecção do sr. governador civil a quem, em parte, se deve a desmoralisação politica do partido democratico na circunscrição de que é chefe.

Consta-nos que a Junta apelará para o Suprêmo Tribunal de Justiça.

PROVIDENCIAS

—=(*)=—

Do ministerio do interior baixaram instruções aos chefes dos distritos para que não concedam passaportes a individuos do sexo masculino de 17 aos 42 anos, de harmonia com a lei de 1911, constando que outras medidas vão ser tomadas todas em conformidade com a situação de beligerantes a que finalmente chegámos depois das polémicas travadas ácerca da nossa participação na grande guerra.

Um decreto especial, ultimamente publicado, sobre o que á imprensa só é permitido relatar na atual conjuntura, impede de darmos mais circunstanciadas noticias quanto á defêsa de Portugal, que mais uma vez hade manter intrigas—disso temos a certêsa—as suas gloriosas tradições.

Necrología

Tendo sido acometido duma congestão cerebral, morreu na sexta-feira passada, ás 23 horas, na sua casa de Oliveira de Azemeis, o sr. Antonio Pedro Vieira de Menezes, redactor principal de *A Opinião*.

O extinto, que foi em tempo um terrivel polemista, enfileirado no partido regenerador, contava 61 anos de idade e era sogro do sr. Angelo Gandra, a quem enviâmos sentimentos, estendendo os á restante familia enlutada.

= Comovidamente registámos o passamento da filha mais velha do sr. Julio Freire, a quem uma implacavel enfermidade ha muito condenára.

Os ultimos tempos foram para a pobre Judith um pavoroso sofrimento que a dedicação amorosa da familia tentava minorar e ainda a resignação da propria vitima conseguira atenuar.

No periodo mais belo da vida, quando tudo nos sorri e enléva, e ainda sonhos de venturosa felicidade acordam no espirito dôces miragens de suprema ventura, veio a impiedosa e dura realidade desfazer todas essas fantasias, lançando para o lagêdo frio da sepultura quem pelas suas virtuosas qualidades e elevados atractivos não merecia tal premio.

Na esfera da sua acção e da sua vida, ainda que modesta, a finada nunca desmentiu a elevação dos seus sentimentos, conseguindo na sua curta existencia—24 anos sómente!—captar a amizade de todos e a admiração de muitos.

Registando no *Democrata* o triste acontecimento, cumprimos um dever, consignando nestas despretenciosas linhas a dolorosa e intima impressão que ele nos causou.

A toda a familia dorida a expressão do nosso pezar.

= Egualmente faleceram ante-ontem o sr. Joaquim Rodrigues de Faria, velho negociante e proprietario, com residencia na rua do Alfêna e a antiga servente Joaquina da Silva Xavier, natural de Alquerubim, mais conhecida por *Joaquina Má*.

= No hospital, e por lhe ter sobrevindo uma meningite, morreu ontem o menor que em terça-feira de entrudo fôra atropelado na rua dos Mercadores pelo automovel do sr. Antonio Rodrigues Jeronimo.

Manifestações patrioticas

Atravez dos jornais vê-se que foi recebida com alvoroço em todo o país a noticia da quebra de relações entre Portugal e a Alemanha e mais recentemente, desde ontem, entre Portugal e a Austria-Hungria, cujo representante saiu tambem, como o barão de Rosen, em comboio especial, direito a Madrid. As manifestações produzidas denotam quanto se acha identificada com a atual situação a alma da Patria, não sendo menos digno de registo o que no Brazil se passa referente ás saudações trocadas entre os dois povos irmãos, muito para estimar, porque estimulam e entusiasmam ao cumprimento da alta missão que se nos depára.

Injustos e... ingratos

A Razão estranha que o *Distrito* tivésse dito que ia aparecer outro orgão do partido democratico, ignorando onde este colêga descobrira o primeiro para vêr outro.

Colocando o nosso republicanismo de parte, não nos podemos calar ao ouvir essas palavras, que, além de injustas, envolvem uma ingratidão enorme, ofensiva e nêgra...

Então o velho *Camaleão*, republicano do tempo do Marrêca, democratico *enragé* desde o raiar da aurora, orgão dos homens politicos, politicos republicanos e republicanos democraticos desta terra, não existia na defêsa augusta e leal do partido, antes de aparecer *A Razão*, menina de peito, confrontada com a matrona a quem os anos de *honrada* luta encanecem?...

ARTE

No Museu Regional de Aveiro

A brilhante conferencia do sr. dr. Egas Moniz na festa do dia 16 de Janeiro

(Conclusão)

Minhas senhoras:
Meus senhores:

A Renascença marca sobretudo a sua acção na escultura e na pintura. E nesse campo é o naturalismo gótico, a que nos referimos, que faz despertar o naturalismo italiano adormecido desde o terceiro século.

Mas, enquanto que em França, na Flandres e na Alemanha o naturalismo acaba por caír na trivialidade, na Italia a orientação humanista eleva-o, orienta-o, sublima-o. A antiguidade não renasce, no sentido exacto do termo, mas dá uma orientação nova á Arte decadente da Edade Média.

Gioto, que bem póde chamar-se o precursor e até o fundador da Renascença italiana, produziu com a sua escola de Florença, obras interessantes mas dum realismo sofreado e atormentado, quasi doloroso por vezes, e sempre pesado e melancólico.

Não resplandece em toda essa obra o equilibrio que notámos em Athenas. E' que entre as duas épocas medeiam muitos séculos do Cristianismo que divinisou a dôr e anatematisou a carne, sobretudo no seu periodo dogmatico e agreste que vai até ao século XIII. Depois tornou-se a religião meiga e terna de Francisco de Assis, o grande e dôce santo, que originou talvez o ascetismo exaltado, mas que imprimiu uma nova e salutar orientação á Arte italiana.

Existem neste Museu valiosas tabuas do seculo XV, entre as quais é justo que destaquêmos o retrato da Princeza Santa Joana, como é de tradição chamar-se á Beata Joana Princeza nesta cidade, e, sobretudo, deve sê-lo a dentro dos muros deste seu antigo mosteiro.

Nesse retrato destaca-se a delicadeza firme das linhas, o encanto da figura e as particularidades das joias e vestuario. Infelizmente mãos barbaras retocaram a tabua que bem merece ser de novo tratada por quem saiba fazê-lo. Esse retrato é, por certo, da segunda metade do seculo XV e tão notavel é que lhe atribuem a paternidade de Nuno Gonçalves, o nosso grande primitivo, que José de Figueiredo ultimamente pôz em relevo. O erudito Joaquim de Vasconcelos apresenta razões de peso para o julgar de outro autor, o que em nada faz diminuir o seu alto valor que depende das suas qualidades intrinsecas e não do nome que possa assiná-lo. Mas quem tenha atentado nas figuras de Nuno Gonçalves do Museu de Lisboa ha de reconhecer no traço, na côr e nas particularidades do retrato da Santa, a mesma autoría ou, ao menos, a mesma maneira de pintar.

Duma época um pouco posterior, ha neste Museu, além de outros primitivos, uma primorosa Virgem do Rosario com o Menino e em que ha a notar a suavidade dos rostos, o bem tratado dos vestuários, duma policromia admiravel e a substituição do lirio pela madresilva. Foi também retocado por quem não soube fazê-lo.

Minhas senhoras:
Meus senhores:

Falar do periodo aureo da Renascença italiana é evocar tres nomes que são tres epopeias de Arte. E como o tempo me não sobra é só deles que falarei:—Leonardo de Vinci (1452-1519), Raphael (1483-1520) e Miguel Angelo 1475-1564).

E' a trindade magnifica que fez da Italia o país eterno da Arte, por onde hão de peregrinar todos os que professam o culto do Belo, na admiração das obras primas de estes inegualaveis mestres, muitas das quais não pódem desenraizar-se do sólo em que nasceram.

* * *

Numa verdadeira obra de Arte ha qualquer coisa de subtil, de imponderavel, que existe nas *nuances* das formas e que escapa á atenção dos mais habeis copistas.

Ha as linhas e as superficies *vivas* e ha as linhas e as superficies *mortas*.

Só as primeiras, como diz Berenson, são *valores tacteis*, só elas possuem o frémito imperceptivel da vida que nos dá o efeito á vista da carne viva a palpitar sob os nossos dedos. Os artistas de genio possuem o raro segredo, que vive a dentro do seu inconsciente, de infundir vida a cada sinuosidade de contorno e a cada pedaço de superficie.

Esse genio vivificador existia em Vinci na sua Mona Lisa, nas suas Virgens e na sua Ceia; teve-o Rafael nas suas inumeras creações; insuflou-o Miguel Angelo ás suas figuras e ás suas estatuas e tanto que a uma délas ête proprio, segundo diz a lenda, num momento de extase, frente a frente á sua obra, batendo no joelho do seu Moysés, lhe perguntou: — porque não falas?!

Vinci foi engenheiro célebre, escultor notabilissimo, pintor admiravel. Na mecânica julgou ter realisado a construção duma máquina voadora mais pesada do que o ar, sendo assim o precursor da aviação moderna; na escultura fez obras excelentes de que quasi nada resta; na pintura legou-nos quatro maravilhas de que a mais célebre é essa admiravel Mona Liza, a obra prima da arte do retrato de todas as épocas.

Rafael, que apenas viveu 37 anos, contrasta com Vinci pela sua fecundidade. Aos 16 anos pinta o *Sonho do cavaleiro*, que está hoje na galeria nacional de Londres e que já é um encanto de contextura e de côr, e desde essa época produz continuadamente as obras extraordinarias que deslumbraram o mundo inteiro.

Entrado no Vaticano, onde foi o pintor favorito de Julio II e de Leão X, emancipado, como Miguel Angelo, do misticismo da primeira fase da Renascença, êle criou um tipo seu de Virgem, meio Cristã e meio pagã, nem demasiado mística, nem demasiado sensual, *mulher e santa*, que conquistou a incondicional admiração de todo o mundo. Devo dizer-lhes que nunca quadro algum me impressionou como essa sublime Virgem de S. Sixto, que contemplei horas esquecidas no museu de Dresden e que bem póde denominar-se — a perfeição realisada.

Ha neste Museu cópias de quatro dos célebres cartões do mestre que, embora não deem a impressão do mérito de Rafael, dão contudo uma vaga ideia da sua maneira de pintar.

Miguel Angelo, poeta, arquiteto, escultor e pintor, dizia-se apenas escultor.

Com esta designação assinou por vezes alguns frescos. E' de facto, mesmo pintando, um génio escultural. A côr, o claro-escuro, a paisagem, são coisas secundarias para ele. Só o interessa o homem gigante, em atitudes bruscas, de semblantes sombrios, com uma formidavel tensão de músculos, que quasi ultrapassa os limites do possivel. Não é um artista sereno: é um génio atormentado e audaz. Os seus frescos da capéla Sixtina são uma obra prima; as suas Virgens, a Santa Familia, etc., são quadros duma rara beleza e originalidade, mas as suas estatuas são a mais alta revelação do seu génio. Moysés, o Esravo preso, a Aurora e a Tarde, o Dia e a Noite, são figuras em que palpita a vida.

Moysés é, como diz Woelfim, a obra extraordinaria do *movimento reprimido*, em que se sente a paixão e a cólera. Não é a reprodução dum homem: é, como diz alguem, um grande espectaculo da natureza. As suas figuras, quer na estatuária, quer nos seus quadros, apresentam-se torcidas, obliquas, fugindo á lei geral dos primitivos: —*a frontalidade*—e houve-se sempre com tal grandeza nas suas concepções, por vezes inverosimeis, como no fresco do *Juizo final*, que, quanto mais extravagante ele é, mais genial nos parece!

E contudo foi o seu génio revoltado e audaz que marcou a decadencia da Renascença italiana. Copiaram-lhe as atitudes mas não lhe herdaram o génio. Daí as fórmas amaneiradas que caraterisam, em parte, a decadencia.

Mas tão alto foi o apogêo, que mesmo a decadencia tem belezas e encantos. Ela está representada neste Museu em algumas telas interessantes, como a *Piedade*, que colocaram ao cimo da escadaria, a *Anunciação*, que serviu de modêlo á que existe na capéla de S. João Batista, em Lisboa, e o *Cristo deposto no túmulo*, etc.

São telas que teem beleza e em que palpita a alma dos artistas italianos.

Minhas senhoras:
Meus senhores:

A Renascença não se confinou á Italia. Igual movimento se operou em outros países, com caracteres proprios, que a influencia italiana extinguiu ou modificou.

Assim a Renascença flamenga legou-nos obras de altissimo valor, na sua fase primitiva, como os magnificos quadros e retratos de *João Van Yyck* que viveu algum tempo em Portugal e que aqui deve ter deixado vestigios da sua passagem, *Van Veylen* e muitos outros.

Ha neste Museu dois quadros primitivos em que se nota a influencia desta escola. Um é o S. João Evangelista que, pela sua baleza e pelo fundo do quadro, tanto recorda os primitivos flamengos e que pelo bem cuidado das roupagens nos faz lembrar os quadros da Vizeu, atribuidos a Grão Vasco, ou melhor ao célebre pintor de *Draperies* de que nos fala Racksinski.

O outro é o interessante tríptico da Assunção da Virgem que Marques Gomes teve o cuidado de colocar por baixo da tabua de S. João Evangelista e em que se notam as caracteristicas da mesma escola na sua primeira fase.

* * *

A influencia italiana desnorteia a escola flamenga que começa a produzir obras híbridas, incaracteristicas e mediocres, mas tem o mérito de preparar Rubens que, desde o advento do seculo XVII, começa a revelar a sua incomparavel fecundidade como pintor de scenas religiosas, historicas e alegoricas numa grande exuberancia de formas e côr em que se reflete sempre o seu temperamento sensual, mesmo quando pinta assuntos sagrados.

E' sempre grandiosa a decoração das suas têlas em que ha talvez pouca profundeza, mas em que se sente um realismo perturbante sem delicadezas nem recato.

Comparar a nudez da escola de Veneza, de todas as escolas italianas, a unica acentuadamente sensual, com a nudez de Rubens é, como diz um critico de arte, aproximar a poesia da prosa, a forma *sonhada* de forma *vista*. Os seus quadros falam claro, atravéz da sua côr quente, das suas fisionomias expressivas, da materialidade das suas concepções.

Rubens foi um homem feliz. A sua Arte, reflexo da sua vida é um canto de agradecimento á Natureza forte e sadia em que se inspirou.

A Renascença alemã que teve entre os seus primitivos Lochner, o autor da famosa *Adoração dos Magos* da catedral de Colonia em que ha uma rara originalidade, sofre tambem as influencias das escolas visinhas para se celebrisar com Durer e Holbein.

Durer foi, sobre *todos*, um

grande pintor e um inegualavel gravador, artes que, ao tempo, andavam ligadas. Possuimos no Museu das Janelas Verdes uma das suas obras primas: o celebre quadro de S. Jeronimo que é uma verdadeira maravilha.

Durer é simples e é grandioso. Não é, por certo, elegante, mas é forte e energico na sua obra. As suas gravuras de que existem alguns exemplares em Portugal, por onde ele parece ter passado, são obras primas que datam do principio do seculo XVI e que nunca ninguem soube exceder.

A concepção da sua Melancolia, dessa figura atormentada, é duma verdade inexcedivel. Basta vê-la na sua gravura! Os psiquiatras não conseguiram descrever esse estado psiquico com mais clareza que o mestre de Nuremberg o soube fazer, socorrendo-se apenas da linha, a contorcer-se em angustia, em alucinações horriveis, em sobresaltos supersticiosos.

* * *

Na Holanda a Arte não estacionou.

Apesar das agitações que perturbaram a vida desse povo por motivos religiosos, a Arte fazia progressos, porque os holandezes tiveram sempre o culto da natureza e da pintura.

Primeiro Hales e mais tarde Rembrandt, imprimiram o cunho realista á velha escola holandeza, inspirando-se na tradição e na obra de Renascença. Rembrandt, que nos deixou obras inesqueciveis como a *Lição de Anatomia* e a *Ronda da Noite*, teve uma preocupação de distribuição de luz que, sendo possivel, não é real, e com que conseguiu obter uma atmosfera luminosa especial, uma quasi sombra luminosa, no dizer de um seu critico, de maravilhosos efeitos. Gravador ilustre, foi como que o Durer do seculo XVII: pintando para os ricos e gravando para os pobres que amavam a sua Arte.

* * *

E agora falemos da peninsula, da Hespanha, onde floresceram, após a decadencia da Renascença em Italia, os maiores mestres da pintura do século XVII.

Um pintor de Valencia, Ribera, celebrisou-se em Italia por fórma a tornar-se o chefe da escola de Nápoles. Filipe IV chamou-o a Madrid onde êle foi o mais espanhol de todos os pintores da nação visinha.

E' dum grande realismo e os seus claro-escuros imprimem por vezes ferocidade ás suas télas. Ha em toda a sua arte a violencia da sua raça. Contudo tem quadros em que mostra uma maneira diferente de pintar e em que se afasta dos modelos da sua inspiração favorita. Então lembra Corregio. Conhecemos um desses exemplares em Portugal, na preciosa colecção do sr. Conde do Ameal.

Um outro pintor notavel desta época, que se fez toledano apesar de ser de naturalidade grega—e por isso é conhecido por *El greco*—enveredou por caminho oposto, espiritualisando por tal maneira as suas figuras que quasi despreza a forma. Os seus ultimos quadros são já o produto duma mentalidade doentia, mas mesmo as suas extravagancias desse periodo são polvilhadas de génio. A figura de S. Pedro, que admirámos na Sacristia do Escurial, é bem o produto dum ascetismo exagerado e doentio; mas é duma leveza rara: é uma figura que sóbe, que se eleva, que vôa...

Mas a Hespanha alcança a culminancia da sua gloria artistica com Velasquez—o pintor que, no conjunto, mais admiro pela sua técnica—a melhor que até hoje se conheceu. Tudo está no seu lugar a dentro das suas télas, por forma que ao observarmos as *Meninas*, por exemplo, temos a ilusão completa duma scena real. A coloração dos seus quadros é, como diz Bonnat, clara e límpida como uma aguarela, e brilhante como uma pedra preciosa. A forja de Vulcano, a Rendição de Breda, os Borrachos, os seus admiraveis retratos, são primores de inspiração e execução que nunca mais esquecem.

Velasquez, só por si, é uma escola e uma escola que ainda persiste, porque não acabaram ainda, nem acabarão tão cêdo, os seus imitadores. E depois como êle pôde fixar com o seu talento a luz que nos envolve, a luz que conhecemos, é o pintor que mais nos impressiona, porque as suas personagens não são figuras, são sêres vivos.

Bem diferente foi o dôce Murilo, que continuou as tradições da hegemonia da escola hespanhola, imprimindo á inspiração que bebera em Rubens e Van Dick um cunho todo pessoal. A piedade e a ternura são as qualidades que mais se revelam nas suas télas em que a côr se vaporisa, ora argéntea, ora doirada, e é sempre suave e acariciante, porque não se limita ás suas figuras: circunda-as e elas realçam-se assim num nimbo de luz.

Depois de Murilo, e já nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, quando se não sabia pintar na Europa, a Hespanha nos deu Goya, o grande realista, que mesmo na fase final da sua vida, quando o seu cérebro se obscurecia pelo perpassar das halucinações, êle soube pintar os monstros que via com a mesma naturalidade com que pintou *A Cabra-cega*, o quadro das *lendas* e os seus retratos.

Por fim Goya morreu cégo. Ele que tantas obras-primas legou á humanidade acaba por não poder reviver na sua obra um passado de glorias!

Deu-se com Goya o que sucedeu com Beethoven que, tendo produzido as mais bélas composições musicais, morreu surdo, sem poder receber na hora derradeira a extrema-unção duma das suas encantadoras sonatas. Crueldades do destino, ingratidões da Natureza!

Minhas senhoras:
Meus senhores:

Cheguei na exposição que venho fazendo, e em que procurei esboçar a largos traços a evolução das artes plasticas, ao limiar do século XIX. Daí em diante não quero proseguir. Sería tarefa dificil e incompativel com a paciencia de quem me escuta, mas não quero deixar de referir-me a duas preciosidades deste Museu e que são das mais notaveis que êle possue: uma, o grupo em barro da Sagrada Familia e em que brilha, na deliciosa extravagancia dos seus vestuarios, o talento privilegiado do nosso grande escultor Machado de Castro (1731-1822).

Envolvem-se em brocado de sêda e ouro, caminham em ar de minuete por sobre flôres e todas as tres figuras teem a leveza e a graça dessa época altamente decorativa. A policromía de roupagens, a modelação das partes nuas e até a pintura do fundo do oratorio, são encantadoras e para elas chamo a vossa atenção condescendente.

A outra preciosidade a que desejo referir-me, ao mesmo tempo pertença deste Museu e da devoção dos catolicos aveirenses, é o tumulo de Santa Joana, em que ha a admirar o encanto da sua linha arquitetonica, a interessante combinação dos marmores e a beleza das figuras que o adornam.

E' bem digno de conter as cinzas da Princeza que, apezar de, no dizer dos historiadores, ser a mais béla do seu tempo, nunca quiz ouvir os vilancetes em que lhe cantaram o oiro dos seus cabelos, a linha aristocratica do seu talhe, a suavissima palidez do seu rosto, os fuselados dedos das suas mãos patricias e os seus lindos olhos garços que na terra não encontraram onde poisar e, por isso, olharam mais alto! Por aqui, por dentro deste Mosteiro, erraram e vaguearam, como testemunhas, a vêr consumir na pratica do Bem a mais encantadora mocidade desse tempo!

Minhas senhoras:
Meus senhores:

As grandes escolas de Arte plastica são os Museus. Quizéra um em cada cidade, em cada vila e em cada aldeia, para que o povo se elevasse na comunhão espiritual do Bélo.

Percorrer estas salas é recordar um passado de trabalho sereno que hoje desconhecemos, é sublimar, na admiração destes quadros, a sentimentalidade estonteada da hora presente, é instruir-se, é educar-se, é olhar sobranceiro a vida, de fórma a poder divisar néla o que éla tem de mais encantador:—**a Arte.**

Transferencia

Foi colocado no 1.º grupo do liceu da Horta o professor adido ao mesmo grupo do liceu de Aveiro, sr. dr. José Ferreira Gomes.

Um telegrama

A hora impropria para lhe adicionarmos comentarios, é-nos enviada copia do seguinte telegrama ontem enviado ao venerando chefe do Estado:

Ex.mo Senhor Presidente da Republica

Lisboa

As juntas de paroquia desta cidade saudam V. Ex.ª e novo govêrno nacional e pedem a atenção de V. Ex.ª para a triste miseria em que se debate a classe piscatoria desta importante região devido á proibição do uso secular de rêdes adoptada por condições especiaes da ria de Aveiro. Apelam, por isso, para os sentimentos justos de V. Ex.ª, ordenondo, ainda que temporariamente, a liberdade de pesca e entretanto que se nomeie, uma comissão para o estudo das alterações que deve sofrer o atual regulamento. E' a fome, a miseria, que batem á porta de V. Ex.ª implorando comiseração. E nesta fase de penuria, a imposição de leis rigorosas e desumanas, podendo fazer surgir conflitos lamentaveis. Tal situação, que briga tenazmente com interesses gerais não póde sustentar-se por mais tempo. Urge um remedio pronto e eficaz. Nas mãos de V. Ex.ª e do Govêrno está, portanto, esse remedio, que não só os desgraçados pescadores, mas todas as classes bemdirão nesta hora gràve de crise das subsistencias.

(aa) **José Gonçalves Gamelas**

Antonio Marques de Almeida

SUICIDIO

Poz termo á existencia no dia 11 o opulento proprietario de Eixo, sr. Sebastião Rodrigues de Figueiredo, que de ha muito vinha sofrendo de profunda neurastenia.

CORRESPONDENCIAS

Cacia, 8

A quem compete

Ultimamente escrevemos para o *Democrata*, notando algumas irregularidades sobre a lei da pesca na ria de Aveiro. Hoje vamos dizer mais alguma coisa chamando a atenção das autoridades maritimas e sobre tudo a do sr. capitão do porto.

Dizem-nos alguns pescadores, com bastante pratica, que o principal factor da destruição do peixe na ria, são as redes denominadas *mugeiras*, pois que uzam dois aparelhos: um para amostra e outro para pescar, tendo estes aparelhos aproximadamente oito a nove metros de altura, não escapando assim o leito das cales mais profundas e trazendo para terra, porque é rede de arrasto, muito peixe miúdo envolto nas algas ou moliço, morrendo assim uma grande parte da criação.

Mas temos tambem a *cambôa* no rio Vouga. Diz o Regulamento no capitulo 4.º e artigo 26.º: «E' permitida a *cambôa* só no rio Vouga, não ocupando mais de dois terços do leito do rio, ficando sempre livre o talvegue, etc.» Pois não sucede assim. O rio é todo ocupado de margem a margem, sendo retirada apenas a rede na passagem das embarcações para acto continuo ser novamente ocupado. Ora se tal se permite, para que se proíbe a *fisga*, *galrixo*, *salto*, etc.? Será por serem os pescadores que empregam estes aparelhos mais pobres? Realmente estes são tão pobres que não possam alcançar mais do que uns *galrixos* ou *fisga*, não sendo estas artes no dizer dos entendidos, tão perigosas como as *mugeiras*.

São estas as reclamações dos pescadores. Enquanto aos amadores, esses tem um pouco de mais sorte: continuam na mesma porque não são pescadores e por isso não perseguidos; em todo caso não achâmos muito justo estas coisas e por isso chamâmos a atenção das mui dignas autoridades. C.

Macieira de Cambra, 15

A gréve nas fabricas de laticinios do Vale de Cambra

Continua no mesmo pé o conflito travado entre os lavradores e fabricantes de manteiga desta região.

A causa principal do conflito foi um tratado secreto feito pelos fabricantes de forma a cada um só poder tomar conta de seus fregueses, embaraçando assim a liberdade dos lavradores venderem o seu produto a quem mais lhe conviesse, o que representa um monopolio do artigo.

O resultado desse *cambalacho* era que de hoje para ámanhã o fabricante dizia ao lavrador que só lhe pagava o leite pelo preço que muito bem lhe apetecesse, e como não havia concorrencia no mercado, segundo esse tratado, era o lavrador obrigado a dar o seu artigo pelo preço que o fabricante quizesse ou a ficar com ele em casa!

E ainda para mais agravar a situação acresce que reduziram no dia 1 do corrente mez o preço do leite, subindo o preço da manteiga no mercado.

Temos a notar que, segundo as estatisticas publicadas, se acusa neste concelho uma população superior a 12:000 habitantes, sendo na sua maior parte lavradores e pessoal empregado na agricultura contra oito fabricantes de manteiga!

Se ha causas justas e belas que se devem abraçar, a dos lavradores é uma delas, porque seria indecoroso e até vexatorio para a Republica que meia duzia de individuos gananciosos subjugassem um concelho inteiro!

Esse tratado, ou para melhor dizer, monopolio, representa para todos os lavradores do concelho um vexame vergonhoso, uma desconsideração pelos seus brios e direitos de cidadãos livres!

C.

Teatro Aveirense

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

Capital 16.0[illegible]6$54,5

SÉDE: — AVEIRO

EM cumprimento do artigo 11.º dos estatutos desta Sociedade, a Direcção do *Teatro Aveirense* (Sociedade anónima de responsabilidade limitada) convida os accionistas da *Sociedade Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense*, os seus herdeiros, ou os proprietários e possuidores de acções desta, ainda não averbadas aos mesmos no livro respectivo, a solicitárem a substituição das acções, que possuirem, pelas do *Teatro Aveirense (Sociedade anónima de responsabilidade limitada)* dentro do praso de um ano, a contar da publicação deste num dos proximos numeros do *Diário do Governo* e dos semanários aveirenses *O Democrata* e *Campeão das Provincias.*

Os que não cumprirem o preceituado naquele artigo 11.º, considerar-se-ão como tendo renunciado a todos os seus direitos, em beneficio da Sociedade, artigo 15.º dos novos Estatutos, cujos exemplares podem, desde já, ser reclamados á Direcção.

Aveiro, 16 de Março de 1916.

O Presidente da Direcção,

Francisco Augusto da Silva Rocha

ANUNCIOS